

PROVIMENTO Nº 27, DE 12 DE JUNHO DE 2024.

Código de validação: 2B61524FDD
PROV - 272024
(relativo ao Processo 117992024)

Determina a retificação administrativa, de ofício, dos registros de casamento sem pacto antenupcial, posteriores a 26 de dezembro de 1977, em que constou, como regime de bens adotado, o da comunhão universal.

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do [art. 32-A, XXVI do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão](#) (RESOLUÇÃO-GP - 142021),

CONSIDERANDO a competência do Poder Judiciário de fiscalizar os serviços notariais e de registro ([arts. 103-B, §4º, I e III, e 236, §1º](#), da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a alteração promovida pela [Lei n. 6.015/1977](#), substituindo, no [Código Civil de 1916](#), o regime supletivo de bens da comunhão universal para a comunhão parcial;

CONSIDERANDO que referida alteração repercutiu substancialmente no registro civil de pessoas naturais, haja vista que, na ausência de pacto, no registro de casamento, deveria constar não mais o regime de comunhão universal de bens, mas sim o regime de comunhão parcial;

CONSIDERANDO que vários ofícios de registro civil de pessoas naturais demoraram a se adequar à nova legislação, ocasionando a lavratura de certidões com o regime de bens contrário ao estabelecido pela legislação;

CONSIDERANDO que a [Lei n. 13.484/2017](#) inaugurou a possibilidade de retificação administrativa de ofício de erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção;

PROVÊ:

Art. 1º Os Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão poderão, a requerimento dos cônjuges (anexo), nos termos do [art. 110 da Lei n. 6.015/73](#), incluído pela [Lei n. 13.484, de 2017](#), proceder à retificação administrativa dos registros de casamento, sem pacto antenupcial, em que conste regime diverso daquele presumido pela legislação vigente, independentemente de decisão judicial ou manifestação do Ministério Público.

§1º Se vivos e capazes, ambos os cônjuges devem assinar conjuntamente o pedido de retificação do regime de bens.

§2º Se um dos cônjuges for falecido ou incapaz, o cônjuge sobrevivente deve assinar o pedido de retificação do regime de bens.

§3º Se ambos os cônjuges forem falecidos ou incapazes, todos os herdeiros devem assinar conjuntamente o pedido de retificação do regime de bens.

Art. 2º O ato de retificação administrativa deverá especificar a lei aplicável na data da celebração, sejam elas anteriores ou posteriores à [Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977](#).

Art. 3º O e-protocolo da plataforma da CRC poderá ser utilizado para fins de requerimento de retificação de registro.

Art. 4º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação

ANEXO

AO REGISTRO CIVIL DE _____

REQUERIMENTO DE RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DE REGIME DE BENS

EU, _____, (nacionalidade) _____,
(profissão) _____, (estado civil) _____, portador da carteira de identidade nº _____,
expedida pela ____/____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, domiciliado na
_____, telefone _____, na qualidade de parte,

requeiro a retificação do regime de bens para que passe a constar COMUNHÃO PARCIAL DE BENS no registro de Casamento nº _____, lavrado em ____/____/_____, na folha _____ do livro deste Registro Civil.
Declaro, sob as penas da lei, que NÃO FOI REALIZADO PACTO ANTENUPCIAL pelos nubentes, que optaram pelo regime legal supletivo, que à data da celebração já era a Comunhão Parcial de Bens, conforme art. 1.640 CC.
_____/MA, _____ de _____ de 20_____.

ASSINATURA DO REQUERENTE

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 12 de junho de 2024.

Desembargador JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS
2º Vice-Presidente
Matrícula 16402

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 14/06/2024 12:11 (JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS)

Informações de Publicação

109/2024	18/06/2024 às 15:16	19/06/2024
----------	---------------------	------------